



O relato de Toninho, elaborado com a gentil colaboração de Elaine Fonseca Andrade, aborda desde a entrada do servidor no TRT 10, alguns momentos marcantes em sua história e como sua caminhada se confunde com trajetória do TRT 10.

1. Toninho, como e quando você entrou no TRT? Qual era o seu contexto de vida e qual era o contexto do país na sua admissão no órgão?

O meu ingresso na Justiça do Trabalho se deu de forma inusitada, em 23 de janeiro de 1967. Com apenas 14 anos começou a minha caminhada. Vale lembrar que à época o Distrito Federal estava sob a jurisdição do TRT3, que tinha sede em Belo Horizonte. Brasília contava com apenas uma Junta de Conciliação e Julgamento, e foram criadas mais duas (a 2ª. e 3ª.), instaladas no mesmo 23 de janeiro. Tendo mais de uma JCJ, compulsoriamente teria uma Seção de Distribuição. O servidor Everardo de Oliveira Curado Fleury, de saudosa memória, 1º Distribuidor de Feitos da Justiça do Trabalho, pediu ao meu pai (Geraldo Augusto Baião, que explorava uma cantina no mesmo andar do prédio do Ministério do Trabalho) para que eu o auxiliasse “informalmente”,

organizando fila e na limpeza da sala. Tal improviso e condições perduraram até janeiro de 1973, quando fui formalmente contratado no regime da Consolidação das Leis do Trabalho. Na época, eu era estudante do ensino médio, no Colégio do Setor Leste, onde ingressei no primeiro ano do antigo ginásio. Escola pública de muita qualidade, com ótimos professores. Tanto que, um dos professores de português, doutor Alberto Péres, foi um dos fundadores do Uniceub, em 3 de maio 1968. O governo era militar, e os jovens trabalhavam e estudavam, sem maiores envolvimento com a vida política.

Quanto ao tempo de serviço, eu trabalhei na Terceira Região de 23 de janeiro de 1967 até o dia 1º de fevereiro de 1982; e na Décima Região, de 2 de fevereiro de 1982 até 16 de dezembro de 2008, data em que o Tribunal Pleno aprovou o meu requerimento de aposentadoria. Considerando que fui contratado em janeiro de 1973, o meu tempo de serviço foi de 35 anos. Quero consignar, porque relevante, o fato de que na gestão do Desembargador Ricardo Alencar Machado (23/03/2010 até 23/03/2012) eu tive o privilégio de compor a sua Administração, ocupando uma assessoria em cargo comissionado. Este um dos prêmios que tive, a bem da verdade.

2. Qual a primeira ação impactante que você se recorda, já sendo servidor do TRT?

A sede própria, na ASA NORTE, Avenida W3, quadra 513, num prédio que nunca tinha sido habitado, no meu entender foi uma ação espetacular. Mesmo porque até então a Justiça do Trabalho do Distrito Federal vivia de “favores” ou pagando aluguel. Com a inauguração do TRT10, em dois de fevereiro de 1982, as coisas mudaram, e muitas melhorias aconteceram; umas de imediato e outras com o passar dos anos. Para se ter uma ideia, o Diretor-Geral de Secretaria, doutor Laicer Barbosa, era um ex-diretor de Secretaria de JCJ¹ (atual Vara do Trabalho). Cargos comissionados foram acessíveis para servidores do quadro de pessoal. Muitos dos colegas tiveram chance de exercer funções

oito juízes, já proporcionava a promoção de quatro juízes de carreira, que logo seriam nomeados para o quadro do Tribunal, a que chamamos de segunda instância. Foi uma beleza, não há dúvida.

3. E o que mais te marcou em mais de 30 anos de serviços prestados?

Olha, eu sempre me considerei uma pessoa privilegiada. Desde o início, lá nos idos de 1967, eu fui muito bem aceito no grupo. Eu gosto de dizer que, naquele início eu não tinha colegas de trabalho; “eu tinha ídolos”, ídolos juízes como o doutor Gustavo Penna de Andrade- 1ª JCJ; Nelson Garcia de Lacerda- 2ª. JCJ e Doutor José Carvalho- 3ª, JCJ; e ídolos servidores e servidoras como José Eduardo Clark, diretor da 1ª. JCJ; Marco Antônio



comissionadas. Eu, inclusive, fui indicado pelo saudoso ex-ministro José Luciano de Castilho Pereira, então juiz presidente da 8ª Junta de Conciliação e Julgamento para o cargo de diretor de Secretaria da citada 8ª. JCJ. Surgiram novos horizontes, tanto para servidores, quanto para os juízes. Isto porque a Décima Região alcançava os estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. E a nova Região, que tinha a composição de

Pereira de Matos, diretor da 2ª. JCJ e Fausto de Vasconcelos Padrão, diretor da 3ª. JCJ, além de Everardo de Oliveira Curado Fleury, Distribuidor de Feitos, além de Margarida Maria Magalhães de Lacerda, funcionária da Distribuição, dentre tantos outros. E assim foi durante toda a minha trajetória. Como é natural em um ambiente do Poder Judiciário, no cotidiano muitos eram os contatos com Advogados, e tal convivência com pessoas do ramo do direito, que militavam na Justiça do

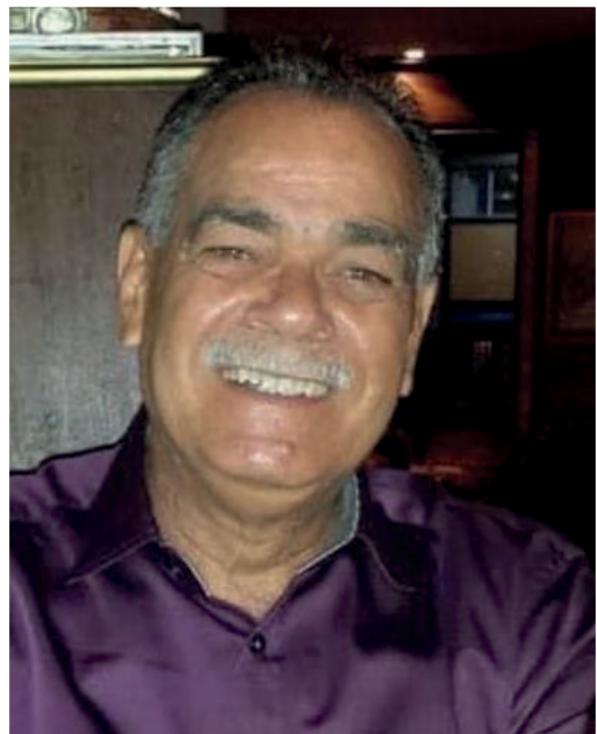
1 Juntas de Conciliação e Julgamento

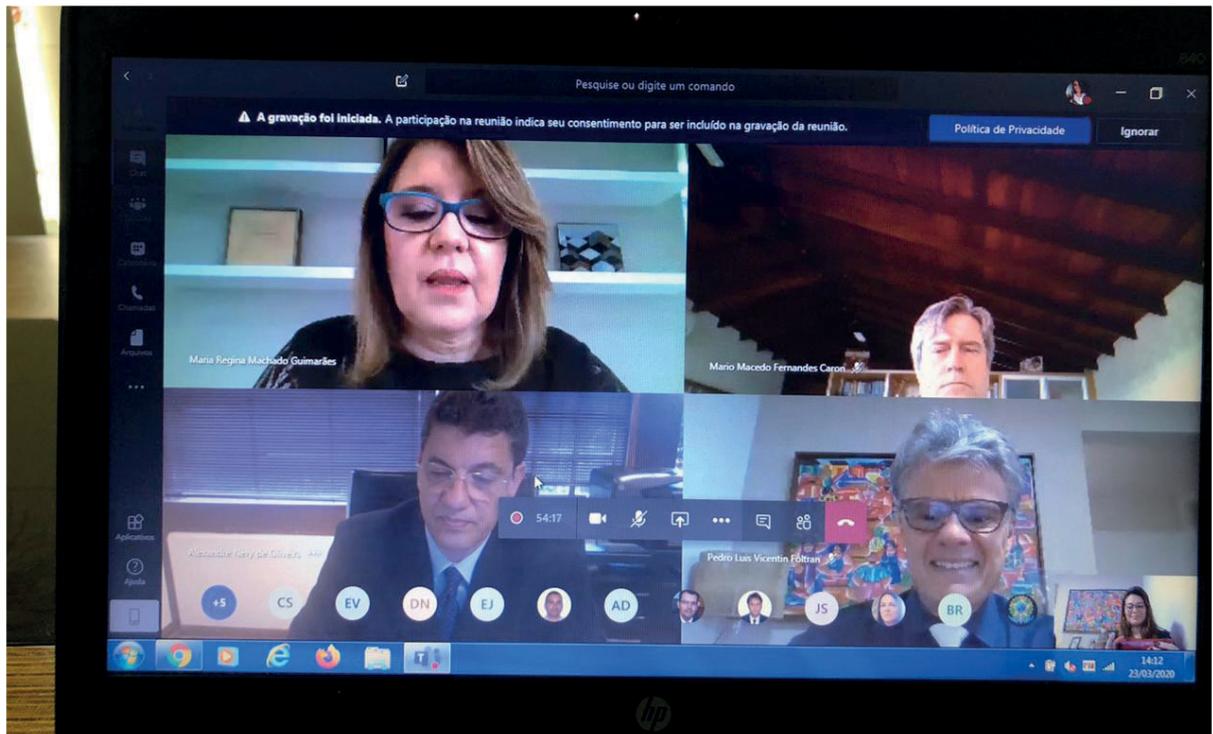
Trabalho, foi natural o meu ingresso no curso de direito (no Uniceub), em janeiro de 1975. Meus passos, como cidadão, tiveram esse alicerce, com muitos exemplos, em especial quando o tema é dedicação ao trabalho. Tentei copiar, só isso.

4. Destaque algumas personalidades que, na sua opinião, contribuíram para o TRT-10 ser hoje uma instituição respeitada. E conte por quê essas pessoas mudaram para melhor o TRT.

Gosto de dizer que não sabemos, ao certo, quantas e quais pessoas contribuem ou contribuíram para o nosso crescimento, pessoal ou profissional. Da mesma forma aconteceu, creio, com o TRT-10. Mas sei que foram incontáveis “mãos” generosas que irmanadas, estiveram na mesma corrente. O apoio do TST, por intermédio de seus vários presidentes, desde ministro Raymundo de Souza Moura, ministro Geraldo Starling Soares, ministro Luiz José Guimarães Falcão, ministro Carlos Alberto Barata e Silva, Carlos Coqueijo Torreão da Costa, isto no âmbito do TST; agora dentro da Décima Região, foi um universo mais expressivo, a começar pelo saudoso desembargador Herácito Pena Júnior, primeiro presidente no biênio 23/3/1982 a 23/3/1984. Ele foi o fundador e conduziu a Corte nos seus primeiros dois anos, tendo servido como referência para as gestões que se seguiram. Na verdade, a primeira composição da Corte, com 8 (oito) juízes, foi abençoada, quando contou com magistrados que demonstraram amor institucional no exercício do cargo, e em especial quando assumiam a presidência da corte, a cada biênio, a exemplo de: desembargador Sebastião Machado Filho, de saudosa memória; desembargador Oswaldo Florencio Neme, também de saudosa memória; desembargadora Heloisa Pinto Marques, desembargador Bertholdo Satyro e Sousa, desembargador Libânio Cardoso Sobrinho; além dos juízes classistas Wilton HonoratoonHoH Rodrigues e João Rosa. Estes, no segundo grau. A bem da verdade, todos os presidentes tiveram destacada contribuição, e tomo a liberdade mencionar aqui : desembargador Fernando Américo Veiga Damasceno, desembargadora Maria de Assis Calsing, desembargador Paulo Mascarenhas

Borges, desembargadora Terezinha Célia kineipp Oliveira, desembargador Braz Henriques de Oliveira, desembargador João Amílcar Silva e Souza Pavan, desembargadora a Flávia Simões Falcão, desembargador Mário Macedo Fernandes Caron, desembargador Ricardo Alencar Machado, desembargadora Elaine Machado Vasconcelos, desembargador André Pereira da Veiga Damasceno, desembargador Pedro Luís Vicentin Foltran, desembargadora Maria Regina Machado Guimarães, e desembargador Brasilino Santos Ramos. Também por felicidade, a Décima Região contava em Brasília com devotados juízes e na primeira instância (as JCI's), como Marco Aurélio Giacomini, que foi nomeado ministro do TST, Fernando Américo Veiga Damasceno, Octavio José Magalhães Drumond Maldonado (promovido a juiz do TRT18, no Estado de Goiás, novembro de 1990, Sebastião Renato de Paiva, também promovido para compor o TRT18, Sebastião Machado Filho, saudosa memória, Braz Henriques de Oliveira, Geraldo de Oliveira, promovido ao final de 1992, para o TRT23, no Estado de Mato Grosso. Maria de Assis Calsing (posteriormente nomeada para o TST), Diogo José da Silva, promovido para o TRT23, ao final de 1992, Platon Teixeira de Azevedo Filho, promovido em 1990 para o TRT18, no Estado de Goiás, José Luciano de Castilho Pereira, de saudosa memória,





(posteriormente nomeado para o TST). Foi um empenho coletivo que tornou o TRT10 cada vez melhor. Servidores do quadro de pessoal foram se destacando, assumindo chefias tanto na primeira instância quanto na segunda, e isto significava incentivo. Alguns servidores foram trabalhar na área administrativa enquanto outros eram lotados na área judiciária. Muitas oportunidades para todos, com gratificações e consequente melhoria na remuneração.

E mais; vários servidores do quadro de pessoal ingressaram na magistratura do trabalho. Tal fato confirma o alto nível intelectual do quadro funcional.

5. Qual foi o momento mais difícil que você passou na instituição? Fale um pouco sobre isso.

Olha, individualmente, eu não passei momentos difíceis. De um modo geral, servidores e magistrados absorviam as dificuldades, e juntos buscávamos solução para elas. Em termos institucionais, após a criação de uma Vara, a sua instalação ficava condicionada a uma gentileza de prefeitura, para que cedesse um imóvel, e até mesmo fizesse a cessão de servidores para que a unidade pudesse funcionar. Fato comum, em especial em Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, e posteriormente em Tocantins. Mas

tudo se resolvia de forma amistosa, tanto com servidores que vinham cedidos pelo Estado e/ou a prefeitura do município que iria sediar a Vara.

6. Conte um momento de superação seu ou de colegas, dentro da instituição.

Tivemos alguns, ao longo dos anos, mas vou me ater ao concurso para ingresso na magistratura. Na gestão do saudoso desembargador Oswaldo Florencio Neme, biênio 1986/1988 – 23/3/86 a 23/3/88, o Tribunal autorizou a realização do segundo concurso, e eu ainda inexperiente, fui designado para ser o secretário da Comissão de Concurso. Mesmo assim, lancei mãos à obra. Na época eu exercia a função de Secretário da Corregedoria. Solicitei o apoio dos colegas que lá estavam lotados, para providenciarmos o recebimento de inscrições, e demos curso aos demais atos, desde o serviço de mimeografia, quando contamos com o total apoio do Setor Gráfico (Manuel Félix, José Gomes Marques, e outros, no serviço de mecanografia, e posteriormente de diversos colegas diretores de Vara, chefes de seção, equipe de Serviços Gerais, para fiscalizar a aplicação das provas, e demais atos até final do certame. Porque estou contando isso? Para dizer que esse imprevisto, me credenciou

para, pouco tempo depois, ir ao TRT da 24ª Região, em Campo Grande, auxiliando na aplicação de provas de concurso de juiz, e tudo se estendeu, por mais 16 certames. Na época havia a mobilização de um expressivo número de servidores e magistrados. Tudo, sempre, ocorreu de forma harmônica, num clima de solidariedade. Era tanto trabalho que só mesmo quem participava tem noção. Agora, confesso que era muito gratificante. A solidariedade era uma das marcas que reinava entre nós.

7. Mesmo aposentado há muitos anos, você ainda é muito presente na vida do TRT10. De onde vem esse sentimento de lealdade e de identificação com o TRT?

É aí que a voz embarga....e faltam palavras, (lágrimas). Gosto de dizer que lágrimas saem pelos olhos, mas que é quando o coração está falando. Numa síntese, posso dizer que esse sentimento carrego comigo desde os primeiros dias, bem lá de trás, quando comecei em 23 de janeiro de 1967. Um aprendizado dia a dia. Uma colega (Marysol Bertolim Damasceno) certa vez disse que eu era observador. Fui refletir, e concordei com ela. Eu posso não prestar muita atenção, mas sou de fato um observador. Mais: tive superiores e colegas que me deram exemplos de lealdade, amor à instituição, dedicação ao trabalho (chegando cedo e saindo tarde); e também me ensinaram, com atitudes, o que significa o pertencimento. Ainda sobre os primeiros anos, é preciso dizer que, quando íamos ao comércio, ou em qualquer lugar, a gente se identificava assim: "SOU DA JUSTIÇA DO TRABALHO". Servidores da Justiça do Trabalho tinham crédito e credibilidade na praça. O tempo passando, e a gente fortalecendo os laços, aí deu nisso.

8. Hoje muita coisa mudou desde que você saiu do TRT. O Processo Judicial Eletrônico revolucionou o Judiciário como um todo e a forma de trabalhar também mudou. O que você pensa sobre o futuro do TRT e da Justiça do Trabalho como um todo?

É.... o avanço tecnológico é avassalador. Novidades de ontem já poderão ser obsoletas na próxima semana. Tudo muito incrível. Não é possível arriscar nenhum palpite sobre ações que poderão vir. Muitas

mudanças deverão vir, como vieram ao longo dos anos. Basta lembrar que já tivemos "fila gigantesca" de pessoas que vinham buscar informações sobre seus possíveis direitos, e com o passar dos anos, aquela "fila gigantesca" não mais existe. O virtual ocupou espaço. E com tal avanço, menos servidores participam na tramitação dos processos. Só a título de exemplo, cito um fato: por ocasião dos concursos para ingresso na magistratura, na montagem da primeira prova, que era aplicada em dois dias, eram utilizadas cerca de 20 (vinte) pessoas. No andar da carruagem, foi adquirida uma máquina que realizava todo o trabalho sozinha, e sem nenhuma margem de erro. Não me contaram, eu presenciei tal fato, ao acompanhar o serviço do sempre dedicado e competente Manuel Félix, que conduzia o nosso parque gráfico. Assim, quanto ao futuro, podemos deixar várias interrogações. Agora, enquanto tiver um só ser humano, é fundamental que não lhe falte sensibilidade e amor àquilo que faz.